Bom dia

A erosão na Ponta da Praia intensificou-se nos últimos tempos. Uma experiência contra o problema será adotada. Vamos aguardar. **A-2**

Combate à erosão da praia

A Prefeitura de Santos pretende iniciar imediatamente obra cujo objetivo é diminuir o efeito das ressacas e da erosão na Ponta da Praia. O fenômeno intensificou-se nos últimos tempos, causando sérias preocupações quanto ao possível desaparecimento da faixa de areia no local, além dos riscos do avanço das ondas, com frequência cada vez maior, atingindo não só a avenida fronteiriça como os prédios que ali existem.

Permanecem muitas dúvidas sobre as causas do problema. Estudo realizado pela Escola Politécnica da USP, a pedido da Companhia Docas do Estado de São Paulo, demonstrou que a dragagem do canal do Porto tem causado impacto muito reduzido no local. E há hipóteses que mencionam a ocupação urbana nas cercanias e o aquecimento global, que vem provocando alterações nos movimentos das marés e correntes marinhas.

A erosão e as ressacas provavelmente são consequência de um conjunto de fatores que, combinados, agravaram a questão. Embora estudos sobre essas causas devam ser desenvolvidos, o mais importante é encontrar maneiras efetivas de minimizar os efeitos atuais, em esforço de adaptação e mitigação.

O projeto que a Prefeitura irá implantar consiste na colocação de geobags, que são sacos produzidos com tecido têxtil e cheios de areia que formarão uma barreira em L, com 275 metros mar adentro a partir da praia, estendendo-se depois por 240 metros de modo paralelo a ela. A ideia, sugerida em estudo da Univer-

sidade de Campinas (Unicamp), com base em modelo matemático que considerou a força das ondas que incidem na região, é criar uma barreira artificial que reduza o impacto da força das águas, reduzindo e até eliminando o problema.

Trata-se, como têm destacado os técnicos da Administração Municipal, de uma experiência piloto, que precisará ser avaliada nos próximos anos. Se for bem sucedida, confirmará que a solução definitiva é a construção de um molhe, que é uma barreira física com blocos de pedra. Os recursos para a obra estão disponíveis, e provêm do Ministério Público do Meio Ambiente, que destinou R\$ 3 milhões para a intervenção.

A iniciativa da Prefeitura é acertada. Após o diagnóstico do problema, a ação é desenvolvida. Alguns problemas existirão: o local terá que ser interditado, entre o Canal 6 e o Aquário Municipal, por cerca de 40 dias, exatamente na temporada de verão. A alegação é que se trata do período do ano mais adequado para realizar as obras, uma vez que praticamente não acontecem ressacas.

È importante que negociações com comerciantes que trabalham com carrinhos e ambulantes sejam feitas imediatamente, para redirecioná-los para outros pontos da praia. E é indispensável que aconteça o acompanhamento rigoroso do projeto, com monitoramento quanto à erosão e ressacas, bem como o estudo do impacto à flora, fauna e à qualidade da água.